



CONGRESSO

Oposição fica sem comissões no Senado

Pacheco entrega presidências de colegiados da Casa apenas para aliados e provoca protestos de parlamentares bolsonaristas

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE
» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

O desenho das comissões permanentes do Senado começou a tomar forma ontem. Foram anunciadas as composições dos 14 colegiados. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entregou o comando de todas para partidos que o apoiaram na recondução ao cargo. Legistas de oposição ao governo ficaram sem presidências de comissões e protestaram.

As indicações de senadores para integrar as comissões são feitas pelos líderes partidários em nome de cada legenda ou bloco parlamentar. Os partidos e blocos devem obedecer a regras de proporcionalidade, o que implica dizer que os maiores grupos políticos recebem mais assentos. O maior é o bloco Democracia, com 30 parlamentares de MDB, União Brasil, Podemos, PDT, PSDB e Rede. Em seguida, com 28 senadores, está o Resistência Democrática (PSD, PT e PSB). O Vanguarda é o terceiro bloco, com 23 senadores de PL, PP, Novo e Republicanos.

Em protesto pela exclusão, parlamentares da oposição não se manifestaram nos processos de votação para os colegiados. “Preferimos não participar porque, neste primeiro momento, fomos preteridos. E não foi levada em consideração a regra da proporcionalidade, prevista na própria Constituição Federal. Vamos aguardar as conversas que estão sendo feitas para verificar se há possibilidade de negociação”, criticou o senador Rogério Marinho (PL-RN), derrotado por Pacheco na disputa pela presidência da Casa.

O bloco de oposição disse acreditar “no bom senso”, como reiterou Marinho: “Demos o quôrum para que as comissões pudessem ser instaladas. Estamos aguardando o desdobramento de negociações que estão sendo feitas com o presidente e a Mesa Diretora da Casa, esperando uma reunião que ocorrerá amanhã (quinta-feira), às 9h, com alguma proposta nesse sentido. Não quero me antecipar, mas a bola está com os blocos majoritários”.

Opção

O senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) afirmou que a bancada optou por não colocar nome para concorrer. “Preferimos manter essa posição de neutralidade diante das comissões”, justificou.

O parlamentar estreante sinalizou que a oposição será favorável ao país. Segundo ele, os partidos contrários ao governo avaliarão “matéria a matéria” para decidir se votarão contra ou a favor. “Se forem pautas que claramente não afetem os valores que defendemos, sem dúvida, vamos votar a favor. Será uma oposição focada nas pessoas”, ressaltou.

Cid Gomes (CE), líder do PDT, frisou que “em todas as comissões está assegurada a presença dos partidos que são de oposição ao governo”. “Os partidos que foram base de Bolsonaro não quiseram fazer composição para participar da direção da Casa e dos órgãos

diretivos. Eles optaram por não fazer o esforço de chegar a um entendimento”, rebateu.

Já o líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (ES), disse que as formações das comissões fazem parte de um processo democrático e que “as regras foram determinadas” no período das eleições, entre os blocos que estavam se unindo para apoiar a candidatura do presidente da República. “Tenho certeza de que a oposição será responsável e vai contribuir para aprovar aquilo que é melhor para o país. Não vejo esse pequeno distanciamento como qualquer problema”, sustentou.

Ele frisou que as composições serão cruciais para impulsionar a governabilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e “importantes para evitar retrocessos”, numa referência à gestão Bolsonaro.

O senador Otto Alencar (BA), líder do PSD, comemorou as formações. “Conseguimos dividir os partidos em dois blocos volumosos, uma posição majoritária bem confortável para matérias de maioria qualificada de interesse do governo”, comentou. Perguntado se é seguro para o Planalto confiar nos votos do União Brasil, com parlamentares que já declararam abertamente não estarem fechados com o governo, o parlamentar disse que sim.

À frente do União Brasil como líder no Senado, Efraim Filho (PB), porém, divergiu de Otto Alencar. Afirmou que o bloco ao qual pertence seu partido é composto por legendas que não estão fechadas com o governo, como o PSDB, e que reiteraram que apoia, ou não, será avaliado diante das proposições em discussão. “Nossa independência está mantida”, destacou.

Alcolumbre

Conforme adiantado pelo **Correio**, o senador Davi Alcolumbre (União-AP), principal aliado de Pacheco, foi eleito presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para o biênio 2023-2024 — fará parte do colegiado, como membro titular, o senador Sergio Moro (União-PR).

Questionado sobre Alcolumbre ter sido eleito para presidir a CCJ e a cobrança do governo por fidelidade do União Brasil, Fabiano Contarato afirmou que “acredita no poder do diálogo e da convergência”. “O debate acontecerá no campo das ideias. Nada que vá dificultar as pautas. Dentro do previsto e da normalidade. Não vejo problema algum.”

Outra comissão de relevância na Casa é a de Assuntos Econômicos, que ficará sob o comando do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO). O vice-presidente do colegiado ainda não foi escolhido e deverá ser eleito na próxima reunião, situação que se repete em outras nove comissões. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) terá à frente o senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Até o momento, o partido que mais obteve presidências foi o PSD, com quatro. Na sequência, está o MDB, com três. PT e União Brasil conseguiram, cada um, duas comissões. Com um colegiado, ficaram PSB, PDT e Podemos (veja arte).

Marcos Oliveira/Agência Senado



Alcolumbre foi eleito para presidir a Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante do Senado

Quem é quem

Conforme a proporcionalidade, o partido que conseguiu mais colegiados foi o PSD, com quatro presidências



Comissão de Educação*
Presidente: **Flávio Arns (PSB-PR)**



Comissão de Assuntos Econômicos*
Presidente: **Vanderlan Cardoso (PSD-GO)**



Comissão de Meio Ambiente
Presidente: **Leila Barros (PDT-DF)**
Vice: **Fabiano Contarato (PT-ES)**



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Presidente: **Paulo Paim (PT-RS)**
Vice: **Zenaide Maia (PSD-RN)**



Comissão de Infraestrutura*
Presidente: **Confúcio Moura (MDB-RO)**



Comissão de Agricultura e Reforma Agrária*
Presidente: **Soraya Thronicke (União Brasil-MS)**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*
Presidente: **Renan Calheiros (MDB-AL)**

*Vice ainda não definido



Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
Presidente: **Marcelo Castro (MDB-PI)**
Vice: **Cid Gomes (PDT-CE)**



Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática*
Presidente: **Carlos Viana (Podemos-MG)**



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*
Presidente: **Davi Alcolumbre (União Brasil-AP)**



Comissão de Assuntos Sociais
Presidente: **Humberto Costa (PT-PE)**
Vice: **Mara Gabrilli (PSD-SP)**



Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor*
Presidente: **Omar Aziz (PSD-AM)**



Comissão de Segurança Pública
Presidente: **Sérgio Petecão (PSD-AC)**
Vice: **Jorge Kajuru (PSB-GO)**



Comissão Mista de Orçamento*
Presidente: **Daniella Ribeiro (PSD-PB)**

Para fugir da “órbita” do PT

Dois partidos que integram a base de apoio do Palácio do Planalto abriram negociações para formar um bloco fora da órbita do PT. PSB e PDT articulam uma federação de centro-esquerda para fugir do que chamam de “hegemonismo” petista.

O assunto foi tratado em conversas reservadas pelo presidente interino do PDT, André Figueiredo; o ministro da Previdência, Carlos Lupi; e o presidente do PSB, Carlos Siqueira.

As federações partidárias foram criadas na reforma eleitoral aprovada pelo Congresso em setembro de 2021 e já valeram para as disputas do ano passado. O modelo prevê que dois ou mais partidos atuem de forma unificada nas eleições e na legislação seguinte.

Pela legislação, essa união deve se sustentar por, no mínimo, quatro anos. A federação atua no Legislativo como uma única bancada, sem que os partidos tenham a obrigação de se fundir.

No caso das negociações entre PDT e PSB, divulgadas pelo jornal *O Globo*, Siqueira também foi procurado pelo presidente do Solidariedade, Paulinho da Força. O dirigente do PSB vai apresentar a ideia à Executiva Nacional do partido em reunião marcada para hoje.

“Já tivemos uma experiência boa com o PSB na legislatura anterior, quando formamos um bloco. A federação seria importante para valorizar nossa atuação no Congresso e organizar um espaço próprio para chegarmos às eleições municipais sem sermos satélites do PT”, disse o sindicalista Antonio Neto, vice-presidente do PDT.

Motivação

Na disputa presidencial de 2022, o PDT lançou Ciro Gomes, candidato que adotou uma narrativa antipetista e crítica ao então postulante Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto o PSB — partido ao qual se filiou o agora vice-presidente Geraldo Alckmin — apoiou o petista. Depois do pleito, porém, o PDT entrou na base governista ao receber a pasta da Previdência.

“Nossa motivação não é estar contra ninguém, mas ser uma nova força na centro-esquerda. A nova legislação tende a levar a um afinamento (do número de partidos) sob pena do desaparecimento. A federação é uma exigência da realidade”, disse Siqueira. “A federação com o PT travou porque eles tinham uma visão hegemônica”, disse, em relação à tentativa de parceria com petistas em 2022.

Tanto PSB quanto PDT saíram menores das urnas. O PSB caiu de 32 para 14 deputados federais eleitos, e o PDT, de 28 para 9.

Em outro movimento partidário, PP e União Brasil chegaram a um impasse na articulação para formar uma federação de centro-direita. O PP estava na coligação de Jair Bolsonaro (PL), e o União Brasil comanda três ministérios no governo petista. As negociações agora enfrentam divergências regionais. Os dois partidos esperavam bater o martelo até meados deste mês.



Preferimos não participar porque, neste primeiro momento, fomos preteridos. E não foi levada em consideração a regra da proporcionalidade, prevista na própria Constituição Federal”

Rogério Marinho (PL-RN), senador



Os partidos que foram base de Bolsonaro não quiseram fazer composição para participar da direção da Casa e dos órgãos diretivos. Eles optaram por não fazer o esforço de chegar a um entendimento”

Cid Gomes (PDT-CE), senador



Conseguimos dividir os partidos em dois blocos volumosos, uma posição majoritária bem confortável para matérias de maioria qualificada de interesse do governo”

Otto Alencar (PSD-BA), senador